



XIV Encontro Nacional da ANPUR

23 a 27 · maio · 2011 · Rio de Janeiro

XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR
Maio de 2011
Rio de Janeiro - RJ - Brasil

INTEGRAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA E MOBILIDADE ESPACIAL DA POPULAÇÃO NA REGIÃO
FRONTEIRIÇA DE CORUMBÁ A PARTIR DA DÉCADA DE 1990

Alex Manetta (Nepo/Unicamp) - alexmanetta@hotmail.com

Graduação em geografia e mestrado em demografia. Atualmente é doutorando no programa de pós-graduação em demografia do IFCH/Unicamp

Roberto L. do Carmo (Nepo/Unicamp) - roberto@nepo.unicamp.br

Professor Doutor no programa de pós-graduação em demografia do IFCH/Unicamp

Integração Sócio-Econômica e Mobilidade Espacial da População na Região Fronteiriça de Corumbá a partir da década de 1990

Resumo

O processo recente de revalorização de áreas fronteiriças na América do Sul, tem sido acompanhado, em várias áreas brasileiras e sul-americanas, pelo aumento dos investimentos públicos e privados em infra-estruturas de transporte, de comércio, de produção e de geração de energia, procedimentos que vêm estimulando o aumento dos fluxos de bens e de *commodities* através das fronteiras internacionais. Esse processo, no entanto, parece não ser capaz, pelo menos na Região Fronteiriça de Corumbá, de gerar condições favoráveis para a retenção de migrantes que utilizam àquela área como espaço transnacional de circulação. Sugere-se que, apesar da expansão e da diversificação das atividades econômicas regionais, essa dinâmica não tem apresentado reflexos na ampliação da geração de oportunidades de trabalho e de aquisição de renda, fato que parece contribuir com a intensa circulação migratória regional e com saldos migratórios líquidos negativos. Em outras palavras, esse trabalho propõe uma avaliação das relações observáveis entre a revalorização estratégica e econômica da Região Fronteiriça de Corumbá, ocorrida principalmente a partir da década de 1990, e a intensidade da circulação migratória como resultado da configuração de condições adversas de retenção da população naquela região.

Considerações iniciais e aspectos metodológicos

As fronteiras internacionais sul-americanas configuraram-se, historicamente, como espaços periféricos dos territórios nacionais, esquecidos pelas iniciativas do Estado e distantes dos centros políticos e econômicos mais dinâmicos. Com a emergência de uma economia dinamizada em escala global emergiu também a necessidade de fortalecimento dos blocos econômicos regionais como alternativa viável para uma inserção regional mais competitiva dentro do mercado internacional. Nesse contexto as regiões fronteiriças passaram a ser revalorizadas como áreas estratégicas no processo de integração sócio-econômica internacional (GADELHA e COSTA, 2005). A revalorização de áreas fronteiriças na América do Sul, como espaços privilegiados da mobilidade, do comércio e do transporte de cargas, vem promovendo a reintegração entre países vizinhos não apenas através de aspectos ligados ao desenvolvimento territorial e sócio-econômico. Aspectos da dinâmica demográfica ligados à circulação e à mobilidade espacial da população também dão sinais de mudanças, com conseqüências nos ritmos de crescimento e na redistribuição espacial de populações fronteiriças.

Ressalta-se, portanto, a necessidade de evidenciar o processo de revalorização de espaços fronteiriços sul-americanos (ocorrido principalmente a partir da década de 1990), em relação às formas peculiares de circulação, de mobilidade e de redistribuição espacial da população, consolidadas em áreas fronteiriças. Estudos recentes (BAENINGER, 2008; SOUCHAUD e FUSCO, 2008; BARBIERI, 2007 e SOUCHAUD e CARMO, 2006) têm identificado diferentes tipos e formas de mobilidade espacial da população em regiões fronteiriças brasileiras e sul-americanas. As características descritas daqueles deslocamentos reforçaram a idéia da consolidação de regiões dinamizadas internamente por deslocamentos pendulares, cotidianos e trans-fronteiriços, ao mesmo tempo em que são inseridas em processos mais amplos de mobilidade e de integração sócio-econômica internacional. A diversidade dos deslocamentos espaciais trans-fronteiriços reconhecidos em regiões fronteiriças sul-americanas sugeriu a utilização do termo mobilidade, que considera deslocamentos da população sem que necessariamente impliquem em mudança de residência, constituindo-se como um conceito mais abrangente do que migração. A mobilidade espacial da população é um fenômeno que apresenta influências cada vez mais significativas na dinâmica sócio-econômica e no cotidiano vivido das pessoas (MARANDOLA, 2008), sobretudo em regiões fronteiriças.

As constantes menções aos termos “fronteira” e “região fronteiriça” demandam definições conceituais capazes de distingui-los e, ao mesmo tempo, de evidenciar seus significados nesse artigo. De acordo com Raffestin (1993), a linha fronteiriça, ou a fronteira propriamente dita, adquire significados relacionados às funções das quais foi investida: a função *legal*, a função de *controle*, além das funções *fiscal* e *militar*. Fronteira adquire um

significado político e administrativo, no sentido de delimitar um território (também político e administrativo) onde certas normas e instituições adquirem grande relevância. Abinzanto (2005) lembra que há outras formas de se conceber o termo fronteira sem que sejam considerados, simplesmente, apenas suas funções institucionais e normativas. Observando-se o conjunto de relações múltiplas que se estabelece em um espaço transnacional fronteiriço, são as práticas sociais que revelam e extensão e os limites de uma *região de fronteira*. Nessas condições o termo região fronteiriça confere ao espaço delimitado uma abordagem geográfica (de uma unidade espacial contígua e funcional) e, ao mesmo tempo, antropológica (R.C. OLIVEIRA, 2005), onde se tornam relevantes aspectos de diversificação étnica, de trocas, de mobilidade e de convívio entre pessoas de distintas culturas e nacionalidades.

Na região fronteiriça de Corumbá (RFC) ocorreu um conjunto de transformações que contribuiu com a consolidação de uma dinâmica demográfica marcada pela alta circulação migratória e pelas oportunidades restritas de retenção da população. Naquela região investimentos públicos e privados, de médio e de grande porte, se articularam a um setor informal da economia urbana que cresceu acompanhado pela expansão e pela diversificação das oportunidades de trabalho e de geração de renda, fato que parece ter influenciado nas condições de retenção da população. Tais influências podem ser notadas quando a estagnação do crescimento populacional em núcleos urbanos mais populosos (Corumbá e Porto Suárez) é acompanhada pela intensificação do crescimento em localidades menos populosas (Porto Quijarro e Ladário). Essas são evidências reconhecidas da consolidação de uma dinâmica sócio-espacial próxima e articulada entre municípios vizinhos, no entorno da cidade de Corumbá e da fronteira internacional entre Brasil e Bolívia, quando a dinamização regional se expande para além dos núcleos urbanos mais consolidados e abrange áreas anteriormente periféricas.

A funcionalidade daquela área como espaço de trânsito, de trocas e de convivência sugeriu, de uma só vez, a delimitação e a denominação da unidade espacial de interesse: a região fronteiriça de Corumbá (RFC). A curiosidade em compreender como a reestruturação sócio-econômica recente (década de 1990) pode ter refletido na dinâmica de mobilidade espacial e nas condições de retenção da população motivou o questionamento que regeu a redação desse artigo: como pode o processo de revalorização dos espaços transfronteiriços ter influenciado na dinâmica de circulação e nas condições de retenção da população na RFC, a partir da década de 1990?

Na busca por respostas a esse questionamento optou-se por percorrer um caminho que passa pelos estudos regionais. De acordo com Santos (1996), em um estudo regional, além do limite espaço-temporal, deve-se tentar detalhar a composição da região de interesse enquanto organização social, política, econômica e cultural. Devem ser abordados

fatos para que sejam reconhecidas as formas de inserção regional na ordem econômica internacional, levando-se em consideração o preexistente e o novo, para que sejam captadas e discernidas as causas e as conseqüências dos fenômenos em questão. Para a satisfação desses requisitos investiu-se no conhecimento da realidade corumbaense, e de seu entorno, através da proposição de uma periodização que recompõe as principais etapas da ocupação econômica e política regional. Esse procedimento gerou subsídios para a delimitação da RFC como unidade espaço-temporal de análise e permitiu a identificação de cinco períodos, além do período atual (vigente desde meados dos anos 1980), quando a RFC passou a se constituir como unidade regional, delimitada a partir de uma mobilidade espacial intra-regional da população, cotidiana e trans-fronteiriça (MANETTA, 2009).

Na tentativa de criar subsídios para a compreensão das relações estabelecidas entre o processo de revalorização de espaços trans-fronteiriços e a dinâmica de circulação e de retenção da população na RFC, a partir da década de 1990, é que se propôs a organização desse artigo em 5 tópicos: 1) *A região fronteiriça de Corumbá*; 2) *Crescimento, mobilidade e redistribuição espacial da população na RFC (anos 1990)*; 3) *Mobilidade nos municípios brasileiros da RFC (1995/2000)*; 4) *Mobilidade nos municípios bolivianos da RFC (década de 1990)* e 5) *Considerações finais*.

A região fronteiriça de Corumbá

A RFC está localizada numa porção central da América do Sul, na bacia do rio da Prata (sub-bacia do Alto rio Paraguai) e interior do Bioma Pantanal. Compreende trechos do Brasil (Mato Grosso do Sul) e da Bolívia (departamento de Santa Cruz), numa área total próxima aos 90 mil km². Sua divisão político-administrativa se dá, primeiramente, pela presença da fronteira internacional Brasil/Bolívia e de sua conseqüente separação em duas porções com nacionalidades distintas. Na porção brasileira estão os municípios de Corumbá e de Ladário (microrregião do Baixo Pantanal) enquanto que na porção boliviana encontram-se as seções municipais de Porto Suárez e de Porto Quijarro (província de Germán Busch). Para todos os efeitos, quando forem mencionados municípios, entendam-se municípios e seções municipais.

Corumbá é o município que abrange a maior extensão territorial e que contém o maior núcleo urbano regional. O município de Ladário é todo envolvido pelo território corumbaense e seus núcleos urbanos estão separados por uma pequena distância, demonstrando uma clara tendência a conurbação. Em relação ao núcleo corumbaense as sedes municipais de Porto Quijarro e de Porto Suárez distam cerca de 5 e 11 km, respectivamente. A Imagem 1 representa sua rede urbana. Chama-se a atenção para a relação historicamente constituída entre a rede hidrográfica da bacia do Alto rio Paraguai e a rede urbana da RFC, onde estão localizados os principais portos regionais, dispostos ao

longo das margens da lagoa Cáceres, do canal do Tamengo e do rio Paraguai (da esquerda para a direita na Imagem 1).

Imagem 1. RFC - rede urbana regional.



Fonte: SEINFRA/PMC (2007).

A caracterização do quadro econômico regional dá pistas de como tem ocorrido, durante as últimas décadas, a inserção daquele espaço transnacional no processo de integração econômica internacional. Tal quadro destaca ao menos dois aspectos fundamentais da configuração regional da RFC, um mais ligado às suas características naturais e outro que se refere ao caráter estratégico dado por sua função logística no transporte de cargas dentro da América do Sul. O primeiro aspecto destaca algumas das características naturais da região, dadas pela extensão da rede hidrográfica da bacia do rio da Prata e pelo regime hídrico de cheias e vazantes, processo que periodicamente renova as pastagens naturais comumente utilizadas para a prática da pecuária extensiva no pantanal. Na RFC estão ainda localizadas as reservas de ferro de Mutún (Porto Suárez) e de Urucum (Corumbá), cotadas entre as maiores do mundo. Para os próximos anos está prevista a implementação de um pólo de mineração e de siderurgia capaz de aumentar significativamente a exploração e a transformação mineral naquela fronteira.

O segundo aspecto faz referência às características relacionadas à localização fronteiriça da RFC em uma área central da América do Sul e à sua função logística enquanto nó de uma rede multimodal de transportes capaz de articular a comercialização e o transporte de cargas em uma extensa área sul-americana. Através da rede hidrográfica da bacia do rio da Prata a hidrovía Paraguai-Paraná (HPP) é capaz de integrar trechos do Brasil, da Bolívia, do Paraguai, da Argentina e do Uruguai, no sentido norte-sul. No trecho compreendido pela RFC a HPP é dotada de uma rede de portos equipada para movimentar grandes quantidades de cargas. Através da lagoa Cáceres e canal do Tamengo são interligados ao rio Paraguai o Porto Aguirre (na zona franca de comércio Central Aguirre) e o

Porto Gravelal (na planta industrial da Oleaginosa Gravelal). Em Corumbá, além do Porto Geral, funcionam o porto da empresa de cimento Itaú e o porto da mineradora Sobramil. Em Ladário outros dois portos movimentam reses, grãos, minério e produtos industrializados. No sentido leste-oeste a integração territorial pode ser realizada através da malha rodoferroviária que, passando pela RFC, interliga o porto de Santos (SP) (no litoral do oceano Atlântico) ao porto de Arica (Chile), no litoral do oceano Pacífico (AHIPAR / Ministério dos Transportes e GALEANO e OLIVEIRA, 2007).

Dada a função logística atribuída ao nó daquela extensa rede multimodal de transportes, a comercialização de produtos importados caracteriza-se como importante atividade regional. Ao movimentar fluxos cotidianos entre cidades brasileiras e bolivianas, é nas feiras populares e zonas francas de comércio que parte da população encontra ocupação laboral. Através da oferta de produtos variados (eletro-eletrônicos e itens de vestuário) e das vantagens comparativas de custo o comércio varejista tem se expandido naquela região. Na RFC estão também as principais portas abertas ao comércio atacadista e de *commodities* (de grãos e de recursos minerais) entre Brasil e Bolívia. Através dos portos da região são transportados ainda produtos de exportação para países membros do Mercosul e de outros continentes (INE, 2007).

O turismo representa também uma atividade sócio-econômica importante na RFC, cuja ocorrência tem se expressado através de diferentes modalidades: turismo de pesca, de contemplação e de compras (na Bolívia). A região conta com expressivo número de leitos (hotéis, pousadas e barcos-hotel) e de residências conhecidas como ranchos, que abrigam turistas e veranistas durante as temporadas de pesca (PAIXÃO, 2004). Essas são as principais atividades econômicas que, ao se integrarem na forma de uma dinâmica inter e intra-regional, contribuíram com a gênese e a consolidação da RFC como unidade de análise, num processo que influi na dinâmica demográfica e que remonta aos fatos descritos a seguir.

Gênese e consolidação da RFC como unidade espaço-temporal de análise

Para M. A. M. de Oliveira (2005), desde meados do século XX, foram tantos os impasses econômicos, sociais e políticos, vividos nas cercanias da cidade de Corumbá, que a população acostumou-se às situações de crise. Tal situação predominou, desde meados dos anos 1970 até meados dos anos 1980, época em que novidades se apresentaram e, gradualmente, modificaram o cotidiano regional. O autor se refere ao fortalecimento econômico dos comerciantes de Corumbá e ao aumento populacional em localidades fronteiriças bolivianas, especialmente onde o comércio informal mais prosperou.

Novidades se apresentaram também na esfera político-administrativa. Em 1984 ocorreu o desmembramento do antigo distrito corumbaense de Ladário. No mesmo ano

(1984) foi criada a província de Gérman Busch, desmembrada das províncias de Ángel Sandoval e de Chiquitos, no departamento de Santa Cruz (Bolívia). Àquela província foi dividida politicamente em duas sessões municipais: Porto Suárez e Porto Quijarro. A reorganização política e territorial observada na RFC, durante o ano de 1984, parece estar ligada à necessidade de uma administração pública mais próxima e eficaz, capaz de gerenciar uma região economicamente, e estrategicamente, revalorizada. Identifica-se aí o início de um período de gênese e de consolidação de sua dinâmica regional, ao se aprofundarem as relações sócio-econômicas próximas mantidas entre corumbaenses e bolivianos da fronteira.

Em 1991 a Central Aguirre tornou-se a primeira zona franca de comércio da Bolívia, no município de Porto Quijarro, equipada com porto graneleiro, de hidrocarburos e de cargas em geral. Essa inovação foi seguida pela modernização de outros portos, pelo fortalecimento da rede multimodal de transportes e pela diversificação do comércio e da prestação de serviços na região. O investimento no comércio atacadista e no transporte de cargas internacional abriu possibilidades para comerciantes de pequeno capital, fato que favoreceu a expansão de um comércio informal e trans-fronteiriço na região. Foi quando surgiu (início da década de 1990), nas imediações da divisa entre Corumbá e Porto Quijarro, em uma localidade denominada Arroyo Concepción, uma feira de produtos importados. Como consequência assistiu-se ao desaparecimento de muitos estabelecimentos de comércio exportador e varejista que, durante décadas anteriores, se mantiveram na cidade de Corumbá (FLANDOLI, 2007).

A reconfiguração sócio-econômica regional foi identificada como a gênese de uma solidariedade que passou a delimitar o espaço de trocas e de mobilidade trans-nacional cotidiana, denominado região fronteira de Corumbá (RFC). Paixão (2004) utilizou o termo “região internacional de Corumbá” para designar aquela área por conta de aspectos ligados à sua contigüidade funcional, dentre os quais se destacam o comércio informal trans-fronteiriço e o deslocamento diário de bolivianos em direção a Corumbá, o centro regional de prestação de serviços. Reconhece-se naquela fronteira uma dinâmica popular vinculada às necessidades básicas de sobrevivência e de organização social, onde Corumbá ainda se articula como cidade regional (MULLER e OLIVEIRA, 2005 e OLIVEIRA, 1998). A reconfiguração sócio-econômica regional foi acompanhada por uma recharacterização da mobilidade, do crescimento e da distribuição espacial da população, processo cujos principais aspectos são ressaltados no item seguinte.

Crescimento, mobilidade e redistribuição espacial da população na RFC (anos 1990)

A dinâmica populacional da RFC foi avaliada, inicialmente, através da análise dos volumes, das taxas de crescimento, dos graus de urbanização e das características da mobilidade, segundo as informações disponibilizadas pelos Censos Demográficos brasileiros (IBGE – 1980, 1991, 2000 e 2010) e da Bolívia (INE - 1992 e 2001), além das Projeções de População INE (2010). Assumida a importância das diversas formas de mobilidade espacial na dinâmica demográfica regional, a partir da década de 1990, investiu-se numa abordagem que procura situar a RFC no contexto dos fluxos populacionais nacionais e internacionais sul-americanos. A avaliação mais detalhada dos volumes da migração e dos índices de eficácia migratória, no entanto, só foi possível para a porção brasileira da RFC (1986/1991 e 1995/2000), através da utilização do quesito “município de residência em data fixa” dos Censos Demográficos 1991 e 2000 (IBGE). Dados anteriores à década de 1990 (1986/1991) foram utilizados como contraponto aos dados observados no período 1995/2000, já que os dados sobre migração do Censo Demográfico 2010 ainda não estão disponíveis. A indisponibilidade de dados sobre migração em nível municipal impossibilitou uma análise mais aprofundada da mobilidade na porção boliviana da RFC, fato que estimulou a busca de outras fontes, capazes de fornecer subsídios que contribuíssem para essa análise.

Crescimento e mobilidade espacial da população na RFC (anos 1990 e 2000)

Durante os períodos intercensitários 1991/2000 (Brasil) e 1992/2001 (Bolívia) a população regional cresceu menos do que a população total de seus respectivos países. A população residente em Corumbá e em Porto Suárez, os centros regionais mais antigos de ocupação urbana, apresentaram crescimento estagnado, ao passo em que a população residente em Porto Quijarro e em Ladário cresceu em ritmo superior às médias nacionais de Bolívia e Brasil, respectivamente. Com os dados analisados para o período correspondente aos anos 2000, confirmaram-se as tendências de crescimento da população nas duas porções nacionais, com manutenção da taxa de crescimento para a porção brasileira (1,1 % a.a.) e redução da taxa para a porção boliviana (de 2,7 para 2,1 % a.a.). Mesmo com a redução no ritmo de crescimento, a população da porção boliviana tende a apresentar um crescimento mais acentuado do que aquele apresentado para população residente na porção brasileira. Falamos em tendência de crescimento para a porção boliviana tendo em vista que os dados utilizados para 2010 fazem parte das projeções populacionais do INE (Tabela 1).

Tabela 1. Municípios da RFC – população residente, graus de urbanização e taxas médias anuais de crescimento total e urbano (1991/2000 e 1992/2001).

Ano/Período	População			Urbanização (%)**		Crescimento (% a.a.)		
	1991	2000	2010	1991	2000	1991/2000 Total Urbano	2000/2010 Total	Total
Corumbá	88.411	95.701	103.772	86,7	90,0	0,9	1,3	0,8
Ladário	11.981	15.313	19.653	92,3	88,0	2,8	2,2	2,5
Total	100.392	111.014	123.425	87,4	89,7	1,1	1,4	1,1
Ano/Período	1992	2001	2010	1992	2001	1992/2001 Total Urbano	2001/2010 Total	Total
Porto Suárez*	14.243	15.209	20.696	73,2	76,2	0,7	1,2	3,5
Porto Quijarro	7.932	12.903	13.196	79,7	97,2	5,6	7,9	0,2
Total	22.175	28.112	33.892	75,5	85,8	2,7	4,1	2,1

* Da população total de Porto Suárez (1992) foi subtraída a população dos distritos (*cantons*) de Sant'Anna e de El Carmen, cujo desmembramento deu origem ao município de Carmen Rivero Torrez, na década de 1990. Essa adequação foi realizada no sentido de verificar o real crescimento da população residente no atual território do município de Porto Suárez.

** Até a presente data ainda não estavam disponíveis os dados sobre urbanização.

Fonte: IBGE (*Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010*) e INE (*Censos Demográficos 1992 e 2001 e Projeções Populacionais 2010*).

Apesar da manutenção de taxa moderadas de crescimento da população total (1991/2000 e 2000/2010) para a porção brasileira da RFC, e queda da taxa (entre os períodos 1992/2001 e 2001/2010) para a porção boliviana, em termos de volume o crescimento populacional na RFC não foi insignificante (Tabela 2). Considerando a característica regional de alta circulação migratória, esse crescimento foi moderado e representa características de uma área de passagem de migrantes, com limitadas oportunidades de manutenção da população. A Tabela 3 contém dados referentes aos volumes de migrantes, os saldos migratórios e os índices de eficácia migratória (IEM) para os municípios brasileiros da RFC. Esses dados revelam índices relativos à uma intensa circulação e saldos migratórios negativos para os dois períodos analisados (1986/1991 e 1995/2000), com diminuição da perda populacional e da circulação entre o primeiro e o segundo períodos.

Tabela 2. Municípios da RFC – volumes do aumento populacional (décadas de 1990 e 2000).

	1991/2000	2000/2010
Corumbá	7.290	8.071
Ladário	3.332	4.340
Total	10.622	12.411
	1992/2001	2001/2010
Porto Suárez	966	5.487
Porto Quijarro	4.971	293
Total	5.937	5.780

Fonte: *Censos Demográficos IBGE (1991, 2000 e 2010) e INE (1992 e 2001) e Projeções Populacionais INE (2010)*.

Tabela 3. Porção brasileira da RFC - volumes de migrantes, saldos migratórios e índices de eficácia migratória (IEM) (%a.a.) (1986/1991 e 1995/2000).

		Corumbá	Ladário	Total
1986/1991	Imi	10.357	2.006	12.363
	Emi	16.062	1.392	17.454
	Saldo	-5.705	614	-5.091
	IEM	-0,22	0,18	-0,17
1995/2000	Imi	5.409	2.185	7.594
	Emi	10.488	1.110	11.598
	Saldo	-5.079	1.075	-4.004
	IEM	-0,32	0,33	-0,21

Fonte: IBGE - Censos Demográficos 1991 e 2000.

A análise conjunta desses dados sugere a prevalência de uma intensa circulação migratória durante os períodos analisados, com perdas populacionais na porção brasileira e ganhos na porção boliviana. No entanto, internamente a cada porção nacional, são notadas dinâmicas diferenciadas. No caso brasileiro é possível afirmar que a cidade que centraliza a dinâmica regional (Corumbá) tem mostrado sinais de saturação em suas condições de retenção da população, embora os volumes de seu crescimento sejam os mais significativos dentro da região nos períodos analisados. O crescimento acelerado em Ladário pode ser conseqüência da captação do crescimento populacional corumbaense, dadas as condições limitadas de retenção da população em Corumbá e a contigüidade de seus núcleos urbanos. Dados referentes ao processo de captação do crescimento corumbaense pelo município de Ladário podem ser vislumbrados no item que destaca, dentre outros fatores, as mudanças de residência entre aqueles dois municípios.

Na porção boliviana notou-se um intenso crescimento do município de Porto Quijarro durante a década de 1990, com estagnação do crescimento em Porto Suárez no mesmo período. Esse crescimento diferenciado tem sido atribuído às vantagens locacionais dadas pela proximidade com a cidade de Corumbá que, além de centro regional de prestação de serviços, atua como porta de entrada de brasileiros que movimentam o comércio varejista trans-fronteiriço boliviano. Durante os anos 2000 foi projetado um crescimento populacional mais intenso em Porto Suárez, com crescimento estagnado em Porto Quijarro. As razões dessa inversão, no entanto, ainda necessitam de uma confirmação.

Na RFC o crescimento populacional e mantém vínculos com a mobilidade e com as condições práticas de retenção da população naquelas áreas, onde a circulação populacional trans-fronteiriça é intensa e cotidiana. O trânsito de bolivianos em Corumbá se vê facilitado pelo baixo controle exercido na fronteira, assim como pelo estatuto oficial da faixa de fronteira (Lei 6.634 de 02/05/1979), que permite aos vizinhos morar, trabalhar e estudar no Brasil. Essas são características que concorrem para a inserção da cidade de Corumbá como espaço de trânsito de bolivianos no Brasil (SOUCHAUD e CARMO, 2006) e

da cidade de Porto Quijarro como espaço de trânsito de brasileiros na Bolívia, aspectos que destacam a existência de uma mobilidade intensa, cotidiana e trans-fronteiriça na RFC.

Avaliou-se que muitos dos imigrantes bolivianos residentes em Corumbá, antes de atravessarem a fronteira com o Brasil, realizaram uma intensa migração interna na Bolívia, fato que destaca outro aspecto da mobilidade populacional na RFC, além daquele atribuído à migração de vizinhança, tão comum em áreas fronteiriças (PERES, SOUCHAUD e BAENINGER, 2008). Essas são evidências de que a mobilidade espacial da população, na RFC, teria condicionantes relacionadas a uma série de fatores: a existência da faixa fronteiriça; a migração interna boliviana; a migração de bolivianos em direção ao Brasil, as migrações internas brasileiras e os deslocamentos pendulares cotidianos configurados naquela região fronteiriça. Feitas essas considerações, cabe uma breve análise da inserção da RFC no contexto das migrações internacionais sul-americanas.

A RFC no contexto das migrações sul-americanas

De acordo com Villa (1996), a informação recopilada pelo projeto IMILA permitiu a identificação, entre as décadas de 1980 e 1990, de dois padrões de migração internacional na América Latina: um externo e outro interno. O primeiro padrão predominou em termos numéricos e envolveu um grupo populacional relativamente mais escolarizado, tendo como destino preferencial os Estados Unidos e outros países ricos. O segundo padrão revelou movimentos crescentes de pessoas menos escolarizadas entre países vizinhos. Além daqueles dois padrões a mobilidade internacional sul-americana envolve hoje várias modalidades, cujas evidências apontam para uma inserção crescente do Brasil nessas formas de mobilidade populacional (PATARRA, 1996 e 2005).

A Bolívia tem sido qualificada como um país de emigração cujos deslocamentos apresentaram, durante décadas, destinos preferenciais na Argentina (PELLEGRINO, 2001 e ONU, 2006). A presença crescente de bolivianos no Brasil, apesar do volume ainda pouco expressivo, é um exemplo do incremento das migrações de tipo fronteiriço na América do Sul, cuja notoriedade estaria mais em seus aspectos qualitativos (BAENINGER, 2008). Apesar de seu pequeno volume a migração de bolivianos com destino no Brasil tem incentivado processos de crescimento populacional e aumento da circulação em localidades urbanas fronteiriças nos estados do Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia e Acre, além do incremento do número de bolivianos residentes nas regiões metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro. A presença de imigrantes brasileiros com destino na Bolívia também tem ocorrido através de pequenos estoques concentrados no departamento de Santa Cruz, sobretudo nas províncias de Andrés Ibañez (onde se encontra a capital Santa Cruz de la Sierra) e nas duas províncias que fazem limite com o Brasil (Germán Busch e Angel Sandoval). Chama-se a atenção para a evolução qualitativa nas formas de mobilidade

trans-fronteiriça entre Brasil e Bolívia e para o fato de que imigrantes têm encontrado, na zona imediata à fronteira internacional, vantagens locais em termos de mercado de trabalho e de acesso aos serviços públicos. Esse seria o caso dos brasileiros residentes em Porto Suárez e dos bolivianos residentes em Corumbá (SOUCHAUD e FUSCO, 2008).

O crescimento populacional em Porto Quijarro (1992/2001) também tem sido atribuído à efetivação das vantagens potenciais dadas pela sua localização fronteiriça, onde brasileiros compram artigos estrangeiros para revenda e onde a população residente conta com a possibilidade de utilizar as redes corumbaenses de serviços de saúde e de educação. Tais características concorreram para a ocorrência, na RFC, de uma mobilidade intensa e variada. Para o melhor entendimento desse processo segue uma avaliação que inclui a mensuração dos volumes da migração, dos saldos migratórios e dos índices de eficácia migratória em Corumbá e Ladário, no período 1995/2000.

Mobilidade nos municípios brasileiros da RFC (1995/2000)

O estudo mais detalhado da composição, dos volumes e das trocas envolvidas na mobilidade espacial da população forneceu subsídios para análise ao destacar as principais características desse processo na porção brasileira da RFC, entre 1995 e 2000 (Tabela 4). Em Corumbá, a maior parte dos imigrantes (47,9%) teve origem intra-estadual, o que equivale a um deslocamento de 2.593 pessoas com destino naquela cidade. Desse contingente a maior parte saiu das microrregiões de Campo Grande (37,8%), Aquidauana (18,6%), Bodoquena (11,1%) e Dourados (10,8%). A imigração com origem e destino dentro da mesma microrregião (Baixo Pantanal) foi mensurada em 6,6%. Desse percentual um terço correspondeu aos imigrantes com origem em Porto Murtinho e dois terços corresponderam aos imigrantes com origem em Ladário (56 e 114 pessoas, respectivamente). Outros 44,9% da imigração total corumbaense (2.428 pessoas) corresponderam aos deslocamentos interestaduais. Desse total, a maior parte teve origem nos estados do Rio de Janeiro (27,4%), de São Paulo (19,1%) e de Mato Grosso (15,7%). Os imigrantes estrangeiros corresponderam a 7,2% da imigração oficial. Destaca-se a importância dos deslocamentos com origem próxima (microrregiões de Campo Grande, Aquidauana, Bodoquena, Baixo Pantanal e Dourados) (Censo Demográfico 2000 – IBGE). Esses dados sugerem que, apesar da perda populacional, Corumbá exerce ainda certa atratividade em nível regional.

A emigração intra-estadual em Corumbá correspondeu a 66,6% do total (ou 6.983 pessoas). Essa emigração teve como principais destinos as microrregiões de Campo Grande (64,4%), do Baixo Pantanal (13,6%) e de Aquidauana (9,0%). Da emigração com origem e destino na mesma microrregião (Baixo Pantanal) quase a totalidade teve destino em Ladário (918 pessoas). A emigração interestadual correspondeu a 33,4% do total (ou

3.505 pessoas). Desse contingente o destaque ficou para as emigrações com destino nos estados do Rio de Janeiro (25,1%), Mato Grosso (17,8%) e São Paulo (17,4%). A emigração em Corumbá revelou a intensidade dos deslocamentos para microrregiões próximas (especialmente Campo Grande) e também para Ladário (Censo Demográfico 2000 – IBGE).

Tabela 4. Porção brasileira da RFC – composição da migração (1995/2000).

Corumbá				
	Imigração	%	Emigração	%
Intra-estadual	2.593	47,9	6.983	66,6
Iterestadual	2.428	44,9	3.505	33,4
Outros países	388	7,2	-	-
Total	5.409	100,0	10.488	100,0
Ladário				
	Imigração	%	Emigração	%
Intra-estadual	1.081	49,5	311	28,0
Iterestadual	1.104	50,5	798	72,0
Outros países	-	-	-	-
Total	2.185	100,0	1.109	100,0
Total				
	Imigração	%	Emigração	%
Intra-estadual	3.674	48,4	7.294	62,9
Iterestadual	3.532	46,5	4.303	37,1
Outros países	388	5,1	-	-
Total	7.594	100,0	11.597	100,0

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000. Tabulações especiais NEPO/Unicamp.

Em Ladário a imigração intra-estadual correspondeu a 49,5% do total (ou 1.081 pessoas). Esses deslocamentos tiveram origem em três microrregiões: Baixo Pantanal (85,3%); Campo Grande (10,5%) e Aquidauana (3,4%). Dos imigrantes provenientes da microrregião do Baixo Pantanal (922 pessoas) a maior parte teve origem em Corumbá (918 pessoas), o que correspondeu a 42% da imigração total naquela cidade. A imigração interestadual representou 50,5% do volume total (ou 1.104 pessoas). Desse contingente, a maior parte teve origem no estado do Rio de Janeiro (75,0%), além dos estados de Mato Grosso (7,6%) e de São Paulo (4,7%). Esse fenômeno destacou, em Ladário, as trocas migratórias com Corumbá, com microrregiões próximas (Campo Grande e Aquidauana) e com o estado do Rio de Janeiro (Censo Demográfico 2000 – IBGE).

A emigração com destino intra-estadual correspondeu, em Ladário, aos 28,0% do total (ou 311 pessoas). Desses emigrantes 56,6% se deslocaram para a microrregião de Campo Grande, enquanto que o restante teve destino em Corumbá ou Porto Murtinho, na microrregião do Baixo Pantanal (43,4%). Dos emigrantes com origem e destino na microrregião do Baixo Pantanal (135 pessoas) a maior parte (114 pessoas) mudou de residência para Corumbá. A emigração interestadual representou 72,0% do total (ou 798

pessoas). Desses emigrantes, a maior parte (74,7%) teve destino no estado do Rio de Janeiro (Censo Demográfico 2000 – IBGE).

Os dados sobre a emigração em Ladário reforçaram o reconhecimento de trocas migratórias com a cidade de Corumbá, com a microrregião de Campo Grande e, principalmente, com o estado do Rio de Janeiro. Essas informações permitiram avaliar a ocorrência de trocas migratórias dentro da microrregião do Baixo Pantanal e com microrregiões próximas (Campo Grande, Aquidauana, Dourados e Bodoquena). Trocas migratórias com os estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Mato Grosso também demonstraram peso nas dinâmicas populacionais da RFC. São destacados ainda aspectos da migração total na porção brasileira da RFC: perda populacional de aproximadamente 4 mil pessoas; predomínio das trocas entre microrregiões próximas (Baixo Pantanal, Aquidauana, Campo Grande, Dourados e Bodoquena) e com o estado do Rio de Janeiro. Mudanças de residência entre Corumbá e Ladário também foram captadas, com saldo migratório líquido negativo para a primeira cidade. A Tabela 5 complementa essa avaliação ao resumir o peso proporcional das trocas migratórias mais expressivas ocorridas na porção brasileira da RFC entre 1995 e 2000.

Tabela 5. Porção brasileira da RFC - resumo das trocas migratórias (1995/2000).

	Corumbá		Ladário		Total	
	Imigrantes	%	Imigrantes	%	Imigrantes	%
Curta distância*	2.202	40,7	1.072	49,1	3.274	43,1
RJ	598	11,1	828	37,9	1.426	18,8
SP	462	8,5	52	2,4	514	6,8
MT	379	7,0	84	3,8	463	6,1
Outros	1.768	32,7	149	6,8	1.917	25,2
Total	5.409	100,0	2.185	100,0	7.594	100,0
	Emigrantes	%	Emigrantes	%	Emigrantes	%
Curta distância*	6.345	60,5	311	28,0	6.656	57,4
RJ	880	8,4	596	53,7	1.476	12,7
SP	610	5,8	83	7,5	693	6,0
MT	624	5,9	-	-	624	5,4
Outros	2.029	19,3	119	10,7	2.148	18,5
Total	10.488	100,0	1.109	100,0	11.597	100,0
	Saldo		Saldo		Saldo	
Curta distância*	-4.143		761		-3.382	
RJ	-282		232		-50	
SP	-148		-31		-179	
MT	-245		84		-161	
Outros	-261		30		-231	
Total	-5.079		1.076		-4.003	

*Curta distância se refere aos movimentos envolvendo origem e destino nas microrregiões de Aquidauana, Baixo Pantanal, Dourados, Bodoquena e Campo Grande.

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000.

A observação das trocas migratórias para a área brasileira da RFC revelou saldo total negativo e a importância das trocas de curta distância no período. As trocas migratórias entre Ladário e Corumbá conferiram um saldo positivo de 804 pessoas para a primeira cidade (Censo Demográfico 2000 – IBGE), o que sugeriu indícios de uma captação do crescimento populacional corumbaense por Ladário, entre 1995 e 2000, por motivos ainda desconhecidos. Mais importante foi a confirmação de que a dinâmica migratória exerceu um peso considerável no ritmo de crescimento e na redistribuição da população entre aquelas duas cidades. A indisponibilidade de dados sobre a migração em nível municipal impossibilitou uma avaliação mais cuidadosa das trocas migratórias ocorridas nos municípios bolivianos da RFC, durante a década de 1990. No entanto, algumas evidências desses fluxos foram coletadas e ordenadas de maneira que pudessem fornecer mais subsídios para a presente discussão.

Mobilidade nos municípios bolivianos da RFC (década de 1990)

Apesar da indisponibilidade de dados sobre migração em nível municipal (1992/2001) para a porção boliviana da RFC, parte-se do pressuposto que Porto Quijarro tenha passado por uma década com expressiva circulação migratória, tendo como resultado um saldo migratório provavelmente positivo. As evidências estão, principalmente, no ritmo de crescimento médio anual da população total (5,6 % a.a.) e da população urbana (7,9 % a.a.). Para Porto Suárez, por outro lado, acredita-se em um saldo migratório negativo, possivelmente resultante de uma alta circulação migratória. As evidências estão nas taxas médias anuais de crescimento da população total (0,7 % a.a.) e urbana (1,2 % a.a.), que revelam um crescimento populacional pouco expressivo.

A distribuição do crescimento populacional naquela porção fronteiriça parece estar conjugada com as vantagens comparativas de residir na zona imediata à fronteira com o Brasil (mais especificamente em Porto Quijarro) e com o deslocamento de contingentes populacionais bolivianos em direção ao Brasil e aos departamentos orientais do país, segundo processos já descritos em trabalhos anteriores (SOUCHAUD e CARMO, 2006 e INE, 2003). Apesar da importância da emigração internacional boliviana (PELLEGRINO, 2001) o exame sobre a sua migração interna (ONU, 1998) acrescenta que as migrações do tipo rural-urbano, assim como as migrações interdepartamentais, foram responsáveis pelos fortes impactos na distribuição espacial da população boliviana, caracterizada pelo intenso crescimento populacional nos departamentos orientais do país, com destaque para o crescimento mais expressivo em Santa Cruz (1976/2001) (INE, 2003). Surgem aí evidências de uma possível conjugação entre migrações internas bolivianas, o deslocamento de bolivianos em direção ao Brasil, o crescimento populacional nos municípios bolivianos da RFC e a intensidade da circulação migratória em Corumbá e Ladário.

As informações possibilitadas pelo quesito “naturalidade” (Censo Demográfico 2001 -INE) revelam que a maior parte dos residentes em Porto Suárez e Porto Quijarro (84,5% e 72,2%, respectivamente) (2001) eram naturais do departamento de Santa Cruz (Tabela 5). Essa informação, num primeiro momento, levaria a acreditar que o deslocamento da população boliviana em direção aos departamentos orientais não teria influência na dinâmica populacional na RFC. Por outro lado, considerando que esse processo vem ocorrendo há décadas há possibilidade de que haja sim alguma relação, pensando em termos de gerações de migrantes, por exemplo. O importante foi a evidência levantada de que o crescimento populacional nos municípios bolivianos da RFC teria relações com fluxos migratórios próximos (dentro do departamento de Santa Cruz), além dos deslocamentos com origem nos departamentos ocidentais do país.

Dos “imigrantes de toda a vida” (definidos a partir do local de nascimento) que residiam na fronteira boliviana no ano 2001, os naturais de departamentos com fortes perdas populacionais entre os anos 1976 e 2001 (La Paz, Potosí, Chuquisaca, Oruro, Beni e Pando) corresponderam a 11,2% da população total, enquanto que os imigrantes estrangeiros representaram 3,8% e os naturais de Santa Cruz representaram 78,9%. Os nascidos em países estrangeiros representaram 3,1 e 4,8 %, em Porto Suárez e Porto Quijarro, respectivamente (Censos Demográficos INE – 1976, 1992 e 2001) (Tabela 6).

Tabela 6. Municípios bolivianos da RFC - naturalidade dos residentes (2001).

	Porto Suárez		Porto Quijarro		Total	
	Volume	%	Volume	%	Volume	%
Santa Cruz	12.857	84,5	9.316	72,2	22.173	78,9
Chuiquiasca	119	0,8	314	2,4	433	1,5
La Paz	555	3,6	752	5,8	1.307	4,6
Cochabamba	502	3,3	767	5,9	1.269	4,5
Oruro	129	0,8	247	1,9	376	1,3
Potosí	139	0,9	324	2,5	463	1,6
Tarija	97	0,6	102	0,8	199	0,7
Beni	254	1,7	349	2,7	603	2,1
Pando	8	0,1	8	0,1	16	0,1
Exterior	469	3,1	613	4,8	1.082	3,8
Ignorado	80	0,5	111	0,9	191	0,7
Total	15.209	100,0	12.903	100,0	28.112	100,0

Fonte: INE - Censo Demográfico 2001.

A questão da sub-enumeração de imigrantes estrangeiros deve também ser levada em consideração e, dada a proximidade com a fronteira brasileira, é possível que uma parte desses estrangeiros seja de brasileiros. Apesar do limite apresentado pelos dados foi possível perceber que o município de Porto Quijarro abriga uma proporção de imigrantes não naturais de Santa Cruz superior à proporção verificada em Porto Suárez. Esse dado concorre para a sugestão de uma maior intensidade da imigração em Porto Quijarro, que pode também representar uma etapa da migração de bolivianos em direção ao Brasil.

Sugere-se a importância dos deslocamentos de curta distância (dentro do departamento de Santa Cruz) nas dinâmicas populacionais recentes da porção boliviana da RFC, além da importância da migração com origem nos departamentos com saldo migratório negativo dentro da Bolívia. Feitas essas considerações, mas por outro lado chama-se atenção para a importância dos deslocamentos de curta distância (intra-departamentais) nos processos de circulação migratória e de crescimento populacional observados na porção boliviana da RFC, durante a década de 1990.

Considerações finais

Retomando a questão inicial: como o processo de revalorização dos espaços trans-fronteiriços influenciou a dinâmica de circulação e as condições de retenção da população na RFC, a partir da década de 1990?

Observou-se que houve, ao longo das décadas de 1990 e 2000, uma retomada dos investimentos naquela região fronteiriça, no entanto, os investimentos ainda não foram suficientes para gerar uma dinâmica econômica capaz de reter a maior parte da população migrante. Ou seja, a RFC continuou a funcionar como uma área de circulação de migrantes, com fluxos de saída mais intensos do que os fluxos de entrada, como consequência de uma economia regional que gera insuficientes oportunidades de trabalho.

Os primeiros dados do Censo Demográfico 2010 (IBGE) apontaram para um crescimento populacional próximo a 1,0 % ao ano na década, na porção brasileira da RFC, o que é um indicativo de que, apesar das perdas populacionais ocorridas através da circulação migratória, o crescimento populacional deve ter sido impulsionado, principalmente, pelo crescimento vegetativo. A sugestão fica por conta da estrutura etária daquela população (ano 2000) com uma importante proporção de mulheres em idade fértil (Censo Demográfico IBGE – 2000). É importante considerar que, embora as taxas de crescimento sejam relativamente baixas, o crescimento populacional em termos absolutos foi significativo, chegando a 23 mil pessoas entre 1991 e 2010 (ou 23% da população no período). Tal crescimento, considerando as dificuldades existentes em termos de infraestrutura e de serviços públicos, exige um aporte de investimentos não desprezível por parte dos vários níveis governamentais.

Outra característica importante daquela fronteira é sua especificidade urbana. Mais de 90% da população do lado brasileiro da RFC se encontrava residindo nas sedes municipais no ano de 2010, enquanto do lado boliviano a população era 85% urbana no ano 2000. Salienta-se que a RFC possui um território extenso, com uma área de fronteira internacional importante. Entretanto, as características do Bioma Pantanal dificultam a ocupação econômica do município por atividades agrícolas ou pecuárias intensivas, ficando a ocupação rural bastante limitada, com reflexos nos altos graus de urbanização. Destaca-

se que a beleza cênica da região representa um valor a ser preservado e explorado pelas atividades ligadas ao turismo, desde que de maneira controlada, funcionando como uma atividade econômica capaz de gerar emprego e renda sem que seja alterado o conjunto de características, hoje considerado Patrimônio Natural da Humanidade (UNESCO), que prevalece naquele bioma.

Além do potencial turístico, outra possibilidade daquela fronteira são as atividades comerciais, considerando que existe uma zona de comércio internacional que pode ser atrativa para os dois países. As atividades de exploração mineral, embora representem uma possibilidade significativa de geração de riqueza, encontram dificuldades para se instalar na região, devido a fatores relacionados à geração de energia para a mineração e siderurgia, além de outros fatores infra-estruturais. Existem dificuldades para que sejam equacionadas essas variáveis de forma que possam gerar empregos e crescimento econômico sem que tenham impactos significativos em termos ambientais, haja vistas às necessidades de preservação de um patrimônio ambiental único denominado Pantanal.

Feitas essas considerações finais, conclui-se que a revalorização daquela área fronteiriça foi capaz de dinamizar os fluxos de bens e de *commodities* naquela região sem que esses fluxos, assim como os investimentos a eles vinculados, pudessem gerar melhores condições sócio-econômicas para a população residente na região, capazes de reter a maior parte dos migrantes que por ali circula em busca de melhores condições de vida. Sugere-se que o investimento em atividades econômicas, capazes de gerar postos de trabalho e renda, seria a única alternativa, no médio prazo, capaz de converter a intensa circulação de pessoas em saldos migratórios positivos, ao melhorar as condições sócio-econômicas regionais e, como consequência, as condições de retenção da população.

Referências bibliográficas

- ABINZANTO, R. C. Las regiones de frontera: espacios complejos de la resistencia global. In OLIVEIRA, T. C. M. de (Org.) **Território sem limites**. Estudos sobre fronteiras. Campo Grande. Editora UFMS, 2005.
- AHIPAR / Ministério dos Transportes. **Guia virtual da hidrovia Paraguai-Paraná**. Trabalho disponível em hipertexto: http://www.ahipar.gov.br/?s=guia_virtual. Acesso em 13/05/2008.
- BAENINGER, Rosana (2008). O Brasil no contexto das migrações internacionais da América Latina. In Centro de Gestão e estudos Estratégicos **Populações e políticas sociais no Brasil: os desafios da transição demográfica e as migrações internacionais**. CGEE, Brasília-DF, 2008.
- BARBIERI, Alisson F. (2007). Mobilidade populacional, meio ambiente e uso da terra em áreas de fronteira: uma abordagem multiescalar. Pp. 225-246 in **Revista Brasileira de**

Estudos de População, 24:2, 2007.

FLANDOLI, Beatriz Xavier. “As transformações do mundo do trabalho em Corumbá, no Pantanal da Nhecolândia e na Fronteira Brasil-Bolívia: Considerações teóricas em psicologia sócio-histórica”. In NAVARRO, Edil M. et al (Orgs) **40 anos do Campus do Pantanal – UFMS: contribuições para o desenvolvimento regional**. Editora UFMS, Campo Grande-MS, 2007.

GADELHA, C. A. G. e COSTA, L. A política nacional de integração e desenvolvimento das fronteiras: o Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – PDF. In OLIVEIRA, T. C. M. de (Org.) **Território sem limites**. Estudos sobre fronteiras. Campo Grande. Editora UFMS, 2005.

GALEANO, Roberto D. e OLIVEIRA, Tito C. M. de. Transportes de commodities do agronegócio e de minerais na fronteira Brasil-Bolívia: um estudo sobre a estrutura portuária em Corumbá, Ladário e Puerto Quijarro. In NAVARRO, Edil M. et al (Orgs) **40 anos do Campus do Pantanal – UFMS: contribuições para o desenvolvimento regional**. Editora UFMS, Campo Grande-MS.INE, 2007

OLIVEIRA, Marco A. M. de. **Guerras e imigrações**. Editora UFMS, Campo Grande-MS, 2004.

MANETTA, Alex. **Dinâmica populacional, urbanização e ambiente na região fronteiriça de Corumbá**. Dissertação (Mestrado em Demografia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas – SP (2009).

MARANDOLA, Eduardo. “Novos significados da mobilidade”. Pp. 199-200 in **Revista Brasileira de Estudos de População**, 25:1, 2008.

MULLER, Karla M. e OLIVEIRA, Tito C. M. de. “Identificação de elementos da cultura e da identidade apresentados pela mídia impressa na região de fronteira”. In **XXVIII Congresso da Intercom**. Rio de Janeiro (RJ) (2005).

OLIVEIRA, Tito C, M. de. **Uma fronteira para o pôr-do-sol: um estudo geo-econômico sobre uma região de fronteira**. Editora UFMS. Campo Grande-MS, 1998.

ONU. **Bolívia: un examen de la migración internacional en la comunidad andina usando datos censales**. Naciones Unidas, Santiago de Chile, 1998.

PAIXÃO, Roberto O. “Turismo regional: problemas e perspectivas”. Pp in **IV Simpósio sobre Recursos Naturais e Sócio-econômicos do Pantanal**: Corumbá-MS, 2004.

PATARRA, Neide L. “Introdução”. In PATARRA, N. L. (Org.), **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. FUNAP, Campinas-SP, 1996.

PATARRA, Neide L. “Migrações Internacionais de e para o Brasil Contemporâneo”. Pp. 23-33 in **São Paulo em Perspectiva**, 19:3, 2005.

PELLEGRINO, Adela. **Migrantes latino-americanos y caribeños: síntesis histórica y tendencias recientes**. CEPAL, Santiago de Chile, 2001.

- PERES, Roberta G., SOUCHAUD, Sylvain e BAENINGER, Rosana. “Mulheres na fronteira Brasil – Bolívia: primeiros resultados”. In **XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, Caxambu-MG, 2008.
- OLIVEIRA, Roberto C. “Introdução”. In OLIVEIRA, Roberto C. e BAINES, Stephen G. (Orgs.) **Nacionalidade e etnicidade em fronteiras**. Editora da UNB, Brasília-DF, 2005.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Editora Ática, São Paulo-SP, 1993.
- SANTOS, Milton. **O trabalho do geógrafo no terceiro mundo**. Hucitec, São Paulo-SP, 1996.
- SOUCHAUD, Sylvain e CARMO, Roberto L. do. “Migração e mobilidade no Mercosul: fronteira do Brasil com Bolívia e Paraguai”. In **XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**: Caxambu – MG, 2006.
- SOUCHAUD, Sylvain e FUSCO, Wilson. “Diagnóstico das migrações internacionais entre Brasil, Paraguai e Bolívia”. In **Populações e políticas sociais no Brasil: os desafios da transição demográfica e as migrações internacionais**. CGEE, Brasília-DF, 2008.
- VILLA, Miguel. “Una nota acerca Del proyecto de investigación sobre migración internacional en latinoamerica – IMILA”. In PATARRA, Neide L. (Org.) **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. FUNAP, Campinas-SP, 1996.